

### III-015 – INCENTIVOS FISCAIS À CADEIA DE RECICLAGEM

**Allan Maia do Nascimento<sup>(1)</sup>**

Estudante de graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) MEC-SESu Engenharia Ambiental.

**Ana Carla Pinheiro Gomes<sup>(2)</sup>**

Estudante de graduação em Engenharia Ambiental pela UFC. Bolsista do PET MEC-SESu Engenharia Ambiental.

**Karine Nunes Ribeiro<sup>(3)</sup>**

Estudante de graduação em Engenharia Ambiental pela UFC. Bolsista do PET MEC-SESu Engenharia Ambiental.

**Larissa Negreiros Lopes<sup>(4)</sup>**

Estudante de graduação em Engenharia Ambiental pela UFC.

**Ronaldo Stefanutti<sup>(5)</sup>**

Professor na UFC, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. Professor na Pós-Graduação área concentração Saneamento Ambiental. Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental. Tutor do PET MEC-SESu Engenharia Ambiental.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Fernando Farias de Melo, 102, Apartamento 204 - Manoel Sátiro - Fortaleza - CE - CEP: 60713-480 - Brasil - Tel:(85) 98625-8581- e-mail: [allanmaia2008@hotmail.com](mailto:allanmaia2008@hotmail.com)

#### RESUMO

O processo da reciclagem consiste na transformação de resíduos sólidos em insumos ou novos produtos e é fundamental na instituição do desenvolvimento sustentável, pois contribui para uma menor utilização das matérias-primas naturais, além de ser uma atividade geradora de renda e emprego e possuir cunho de inclusão social. O incentivo à Reciclagem é uma das diretrizes da Lei Federal nº 12.305 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada no ano de 2010. No entanto, apesar de a PNRS afirmar sobre a possibilidade de concessão de benefícios fiscais, financeiros ou creditícios às empresas envolvidas com a cadeia de reciclagem, sendo respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), o que se percebe atualmente é que os incentivos fiscais e a desoneração incidente sobre essa cadeia ainda são escassos. Assim, muitas vezes, os produtos reciclados não são economicamente competitivos com os produtos advindos de matérias primas virgens, representando um entrave ao fomento da reciclagem.

Neste contexto, o presente trabalho realizou um panorama sobre os principais impostos incidentes na cadeia de reciclagem e como os tais oneram a cadeia, através de pesquisas de cunho bibliográfico e também na Legislação vigente, analisando, também, a situação do estado do Ceará no que diz respeito ao fomento da reciclagem de resíduos e os incentivos intrínsecos a ela, com a finalidade de indicar a necessidade de revisão na tributação para promover uma continuidade aos benefícios da reciclagem, sejam econômicos, sociais ou ambientais.

As pesquisas realizadas apontaram um déficit na quantidade de incentivos fiscais à cadeia de reciclagem, como também a defasagem de alguns incentivos já existentes. O estudo apontou, também, que o setor de reciclagem do Ceará despontou com a recente decretação do Programa Selo Verde, um incentivo fiscal às empresas que fabricam produtos com material reciclado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reciclagem, Incentivos Fiscais, Tributação, Impostos, Selo Verde Ceará.

#### INTRODUÇÃO

A reciclagem caracteriza-se pelo processo de conversão de desperdício em materiais ou produtos que tenham potencial utilidade, configurando uma parte essencial na gestão de resíduos moderna e compondo a hierarquia dos resíduos em terceira instância. Entre os materiais recicláveis estão vidro, papel, metal, plástico, tecido e material eletrônico. Esses materiais são transportados para um centro de reciclagem, separadamente à matéria biodegradável (que pode sofrer compostagem, também considerada uma reciclagem), onde serão retrabalhados para gerar produtos idênticos, similares ou componentes de outros materiais para produção industrial.

Os benefícios da reciclagem são expressivos nos campos ambiental, econômico e social. Tal processo possibilita a redução do consumo de matérias primas e de energia, além de reduzir a poluição do ar, pela menor emissão de gases estufa, dos corpos d'água, do solo e a necessidade de tratamento de lixo. Para a economia, a reciclagem contribui para o uso mais racional dos recursos naturais e a reposição daqueles passíveis de reaproveitamento, além de fornecer respaldo às empresas que trabalham com tal processo. Por fim, para a sociedade, a reciclagem permite uma melhor qualidade de vida para as pessoas, que gozam de melhores condições ambientais, bem como possibilita a geração de postos de trabalho e rendimento econômico para diversas famílias mais carentes, incluindo os catadores no processo produtivo.

Como qualquer processo majoritariamente econômico, as empresas de reciclagem necessitam pagar impostos pelas diversas atividades que realizam, desde a coleta e transporte dos resíduos até a compra de maquinários mais evoluídos. No entanto, diante da atividade de suma importância para o desenvolvimento sustentável, é sabido que tais empresas gozam do direito de incentivos fiscais, que são políticas econômicas que objetivam facilitar o aporte de capitais em uma determinada área através da cobrança de um menor ônus tributário ou de sua não-cobrança. Os incentivos fiscais podem existir nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e a redução desse ônus visa o aquecimento econômico do respectivo território.

O trabalho foi executado em quatro etapas. Na primeira, realizou-se o estudo de alguns incentivos fiscais já existentes no Brasil, como também dos impostos que oneram a cadeia de reciclagem. Na segunda etapa, analisaram-se alguns projetos de lei que tramitam na Câmara e que buscam desonerar a cadeia de reciclagem através da redução de alguns impostos. Na terceira etapa, estudou-se uma consultoria encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) referente à desoneração fiscal em setores de logística reversa. Por fim, na última etapa do trabalho, analisou-se a situação do estado do Ceará, principalmente no que diz respeito ao programa de certificação ambiental chamado Selo Verde.

## **PRIMEIRA ETAPA: INCENTIVOS E IMPOSTOS EXISTENTES NO BRASIL**

Foi realizada uma pesquisa sobre algumas iniciativas existentes no Brasil relacionadas à reciclagem de resíduos, que reduziam a tributação ou forneciam algum tipo de bônus, a fim de situar a situação do país no que tange aos incentivos. Algumas delas foram: no estado do Rio Grande do Sul, uma redução em 75% da incidência do ICMS sobre a saída de matéria-prima a partir da reciclagem de materiais plásticos, em especial garrafas PET e outras embalagens feitas com polipropileno e polietileno, estava assegurada até 31 de março de 2016; em Fortaleza, no estado do Ceará, uma redução no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 5% para imóveis que instituem separação de resíduos sólidos e que destinem sua coleta para associações e/ou cooperativas de catadores de lixo, bem como o projeto Ecoelce, que corresponde a um bônus na conta de energia para clientes que recolham resíduos para o projeto, como PET, alumínio, aço, papel e vidro; e nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e no Distrito Federal, que são autorizados a conceder, na forma e condições estabelecidas em sua legislação, redução da base de cálculo do ICMS, de forma que a carga tributária seja equivalente à aplicação de percentual de até 1% sobre o valor das operações internas com sucatas de papel, vidro e plásticos, destinadas a estabelecimento industrial, que tenham como objetivo a reciclagem.

Além dos incentivos fiscais analisados, analisaram-se, também, os principais impostos incidentes sobre a cadeia de reciclagem, desde impostos do Governo Federal até os impostos municipais. Os impostos pesquisados foram: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que é um imposto federal que incide na saída dos produtos industrializados dos estabelecimentos industriais. O campo de incidência do imposto abrange todos os produtos com alíquota (mesmo que nula) relacionados na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), excluídos aqueles a que corresponde à notação "NT" (não-tributado); Programa de Integração Social (PIS) (Programa de Integração Social), que é uma contribuição que a empresa faz para assegurar direitos aos trabalhadores, como o seguro desemprego e o abono salarial. A alíquota do PIS é de 0,65% sobre o faturamento (ou renda bruta) mensal da empresa em que o funcionário está empregado; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), cuja contribuição serve para o governo financiar benefícios de longo prazo para o trabalhador, como a previdência social, a saúde, e assistência social aos trabalhadores. Assim como o PIS, o COFINS é calculado sobre o faturamento da empresa, isso é, sobre os ganhos brutos, sem desconto dos gastos. A alíquota de pagamento do COFINS é de 3%, e é cumulativa ao valor do PIS; Imposto

Sobre Serviços (ISS), que é um tributo de competência dos municípios e Distrito Federal e incide sobre a prestação de serviços. As empresas pagam uma alíquota de 5% sobre o valor da nota fiscal, que pode chegar a 2%; e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que é um imposto que cada um dos estados e o Distrito Federal podem instituir e que pode ser seletivo. Na maior parte dos casos, o ICMS, que é embutido no preço, corresponde ao percentual de 18%.

## **SEGUNDA ETAPA: PROJETOS DE LEI**

Diante da quantidade de impostos incidentes sobre a cadeia de Reciclagem, tornou-se necessário tomar conhecimento do que estava tramitando na Câmara sobre essa questão. Optando-se por uma atualização no parecer dos projetos da Câmara, decidiu-se abordar apenas um Projeto de Lei (PL), que abrange a maioria dos projetos pré-existentes. Em novembro de 2015, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou uma proposta que garante incentivos fiscais para empresas que exerçam de forma preponderante a atividade de reciclagem ou atividades relacionadas a etapas preparatórias da reciclagem. O texto aprovado é um substitutivo, que rejeitou o projeto principal (PL 2101/11) e o PL 2215/11, apensado, e aprovou sete propostas apensadas (PLs 2355/11, 6887/13, 2380/11, 2909/11, 5646/13, 635/15 e 7127/14), organizadas em um novo texto. O substitutivo traz uma série de incentivos fiscais na área ambiental para empresas, alterando quatro leis (9.249/95, 11.196/05, 12.305/10 e 12.375/10). Pela proposta, as empresas que exerçam a atividade de reciclagem de resíduos sólidos ou as atividades preparatórias à reciclagem poderão ter reduzidas pela metade as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre importação ou aquisição de máquinas e equipamentos destinados à reciclagem ou à produção de energia renovável. O benefício só será concedido para as empresas que tirem pelo menos 80% da sua receita bruta anual das atividades de reciclagem de resíduos sólidos. Caso a empresa processadora de resíduo sólido venda ou alugue as máquinas antes de dois anos, o IPI será pago normalmente, com multa e juros. Além do incentivo, elas poderão contar ainda com a depreciação acelerada, uma forma de benefício que reduz o imposto pago sobre o ativo imobilizado (máquinas e equipamentos). O texto autoriza também o abatimento de metade do IPI cobrado de máquinas e equipamentos adquiridos por empresas que prestem serviços de aterro sanitário e industrial.

O substitutivo traz ainda outros incentivos para o setor empresarial, tais como: concessão de crédito presumido de IPI (tipo de incentivo fiscal que reduz o valor do imposto cobrado), até 2025, para empresa tributada com base no lucro real que adquira resíduos sólidos para serem utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários em seu processo produtivo; suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita de venda, no mercado interno, de mercadorias que utilizem desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, papel ou cartão, vidro, ferro ou aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e estanho; proibição da cobrança de IPI, no caso de empresas tributadas pelo lucro presumido ou optantes do Simples Nacional, sobre desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, vidro, ferro ou aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e estanho; e autorização às empresas a deduzir as despesas com encerramento e manutenção pós-encerramento de aterro de resíduos sólidos, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. O projeto encontra-se aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tramitando em regime de prioridade, sendo analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso seja aprovado, o PL seguirá para votação no Plenário da Câmara.

## **TERCEIRA ETAPA: ESTUDO DA CNI**

Finalizando uma análise nacional da situação, tomou-se conhecimento do estudo encomendado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), no ano de 2014, que apresentou propostas para o aperfeiçoamento e a ampliação dos regimes de desoneração das atividades envolvidas nas cadeias de recuperação, reciclagem e beneficiamento de resíduos sólidos para setores obrigados a implementar sistemas de logística reversa de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O escopo do estudo foram embalagens que compõem a fração seca dos resíduos sólidos urbanos, como as produzidas predominantemente por papel e papelão,

plástico, vidro e alumínio; óleo lubrificante e suas embalagens; pneus utilizados; lâmpadas fluorescentes; pilhas e baterias; e produtos eletroeletrônicos.

As medidas apresentadas pelo estudo que visam à desoneração de tributos indiretos que incidem sobre os resíduos sólidos nas cadeias de logística reversa são complementares e tratam basicamente de: harmonização e ampliação do diferimento na cobrança do ICMS, adotando a cobrança apenas na saída do estabelecimento industrial, com isenção nas operações interestaduais; ampliação da suspensão da incidência de PIS/COFINS; crédito presumido sobre uso de resíduos sólidos como matéria-prima, para evitar a bitributação, consistindo na medida de maior custo e a que mais aumenta a renda ao longo da cadeia de coleta, triagem e reciclagem; desoneração de ICMS, ISS e PIS/COFINS aos serviços de gestão da logística reversa, transporte e processamento de resíduos prestados por terceiros para as empresas; incentivo direto ao investimento e financiamento da logística reversa; e desoneração da folha de pagamento das cooperativas de catadores, incentivando sua existência e integração à cadeia recicladora.

#### **QUARTA ETAPA: PROGRAMA SELO VERDE CEARÁ**

Por fim, analisando a situação do estado do Ceará quanto aos incentivos fiscais à reciclagem, verificou-se que os mesmos ainda são escassos, sendo que o mais significativo é o Selo Verde, que certifica produtos compostos por matéria-prima reciclada advinda de resíduos sólidos, para o gozo de benefícios e incentivos fiscais concedidos a contribuintes no Estado do Ceará, sendo de competência da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) a concessão do Selo Verde, certificação que vale por 24 meses. Ele resultou da fusão da pesquisa acadêmica com a vontade política da SEFAZ (CE) em implementar políticas tributárias ambientais que visem à utilização dos impostos como instrumentos de uma tributação ambiental eficiente. A SEMACE autoriza, através da Certificação de Selo Verde, a utilização do Selo Verde em cada produto composto por materiais reciclados, fabricado por empresário individual ou sociedade empresária que realize atividade industrial e que utilize como insumos resultantes de reciclagem em seu processo produtivo plástico, papel, papelão, resíduo sólido da construção civil Classe A e Classe B. Com a lei modificada e aprovada pelo Decreto 31.854/2015, agora nas operações internas e de importação com os produtos da cesta básica, a base de cálculo do ICMS, fica menor a alíquota, que passa de 17% para 7%. Assim, os produtos terão uma redução, nos seus preços, de 58,82%. A Taxa de Certificação de Selo Verde (TCSV) é cobrada bianualmente, por produto, no valor de 200 Ufirces (R\$ 667,80), sendo isentos o microempreendedor individual, as microempresas e as empresas de pequeno porte. Os recursos arrecadados com a TCSV devem ser usados de forma restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental. A concessão do Selo Verde no Ceará foi iniciada em abril de 2016, através da SEMACE, e é configurada por cada produto. O selo deverá ser aplicado diretamente no produto. O setor de reciclagem do Ceará é o primeiro a conseguir essa certificação e a dar exemplo de que se pode trabalhar sem agredir o meio ambiente.

#### **CONCLUSÕES**

A partir do trabalho realizado, constata-se que o Brasil ainda não possui uma política fiscal compatível com as recentes diretrizes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, sendo necessária uma revisão da tributação e dos benefícios incidentes no setor da reciclagem. A questão dos benefícios fiscais deve atuar no sentido de desestimular o excesso de geração de resíduos, e não aumentar o lucro de empresas, como também fornecer um bônus social. Assim, é necessário que haja benefícios fiscais para destravar o sistema de reciclagem e para que mais empresas possam aderir à utilização de matérias-primas não-virgens. Com isso, os produtos reciclados são ambientalmente sustentáveis, economicamente competitivos e de qualidade. Os impostos que porventura ainda incidam sobre tal cadeia devem ser revertidos, em parte ou em sua totalidade, às ações de cunho ambiental, recuperação de áreas contaminadas, educação e conscientização ambiental, manutenção e fiscalização de áreas ambientais protegidas, entre outras. Por fim, há a necessidade de que os projetos que tramitam na Câmara sejam acelerados em sua aceitação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Reciclagem. 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reciclagem>. Acesso em: 06/04/2016.
2. WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Incentivo fiscal. 2016. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Incentivo\\_fiscal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Incentivo_fiscal). Acesso em: 06/04/2016.
3. PORTAL TRIBUTÁRIO ONLINE. Tributos. 2016. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/>. Acesso em: 06/04/2016.
4. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova incentivos fiscais para empresas de reciclagem. 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/500010-COMISSAO-APROVA-INCENTIVOS-FISCAIS-PARA-EMPRESAS-DE-RECICLAGEM.html>. Acesso em 07/04/2016.
5. BRASIL. Projetos de Lei nº 2101/2011, 2215/2011, 2355/2011, 6887/2013 e 635/2015. Acesso em: 07/04/2016.
6. BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e da outras providências.
7. CEARÁ. Decreto Estadual nº 31.854, de 14 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 15.086, de 28 de dezembro de 2011, que cria o Selo Verde para certificar produtos compostos de materiais reciclados, e dá outras providências.
8. LCA, Soluções estratégicas em economia. Ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de desoneração tributária dos sistemas de logística reversa e estudo de impacto econômico da desoneração. 2014. 56 páginas.